

# Em que é que os governos estão a falhar no cumprimento do direito à educação

Conclusões de relatórios de cidadãos no Malawi, Moçambique, Tanzânia e Nepal

**Sumário Executivo** Agosto 2017



A ActionAid conduziu recentemente uma pesquisa extensiva em escolas de quatro países em desenvolvimento – Malawi, Moçambique, Tanzânia e Nepal – para avaliar em que medida as crianças, especialmente as raparigas, têm acesso a ensino primário de boa qualidade. As nossas conclusões, embora revelem algum progresso, são extremamente preocupantes. Mostram o seguinte:

- Os governos não estão a investir o suficiente para garantir um ensino de qualidade para a próxima geração, e estão a falhar em grande medida no seu dever de promover o direito à educação.
- Os governos estão também a falhar em grande medida no cumprimento dos compromissos que assumiram em fóruns internacionais na área da educação.
- Como consequência, poucas crianças estão a beneficiar de um ensino de qualidade. Frequentemente são as raparigas as principais prejudicadas: as raparigas estão mais sujeitas à violência e aos abusos na escola, geralmente têm resultados piores nos exames e utilizam instalações sanitárias muito deficientes que não contribuem para um ambiente de ensino de qualidade.

As conclusões da ActionAid são consistentes com a experiência de muitos outros países em desenvolvimento que também analisamos aqui. Nos últimos anos assistiu-se a melhorias efectivas nalguns aspectos da educação e milhões de crianças passaram a ter acesso à escola. Mas em todo o mundo ainda existem milhões de crianças fora do sistema de ensino. Além disso, muitos milhões de crianças que frequentam a escola não têm acesso a ensino de qualidade. Há demasiadas crianças a estudar em escolas sem professores nem salas de aula em número suficiente ou sem infra-estruturas, tais como instalações sanitárias, o que está a contribuir para uma elevada taxa de abandono e maus resultados escolares, tais como baixas taxas de aprovação nos exames.

**A pesquisa da ActionAid research** nestes quatro países envolveu um grande número de intervenientes, incluindo os pais/tutores das crianças, os próprios alunos, directores e professores, administradores escolares, autoridades locais da educação, líderes comunitários e estruturas de gestão escolar como os Comités de Gestão Escolar. A pesquisa foi levada a cabo nos seguintes locais:

- **Malawi:** em 20 escolas de quatro distritos - Chitipa, Neno, Lilongwe e Ntchisi.
- **Moçambique:** em 14 escolas de um distrito - Marracuene.
- **Tanzânia:** em 30 escolas primárias de dois distritos - Kilwa e Singida.
- **Nepal:** em 25 escolas de dois distritos - Kailali e Doti.

## Progressos

---

Nos últimos anos, os países em desenvolvimento registaram alguns progressos na educação. Há mais milhões de crianças a frequentar a escola: entre 1999 e 2012, a taxa real de escolarização passou de 60% para 83% em países com baixos rendimentos e de 59% para 79% na África Subsaariana.<sup>1</sup> As matrículas de raparigas aumentaram e em muitos países há actualmente o mesmo número de raparigas e de rapazes na escola primária. Muitos países iniciaram programas de melhoria das infra-estruturas, construindo mais salas de aula e melhorando as instalações escolares. Os rácios aluno/professor diminuíram na maioria dos países e muitos países têm dado prioridade à contratação de mais professores.

Existem sinais claros de progresso nalguns aspectos da educação nos quatro países em desenvolvimento que a ActionAid analisou:

- No **Malawi**, as matrículas na escola primária aumentaram para 94%, com aproximadamente o mesmo número de raparigas e rapazes matriculados.
- **Moçambique** registou um aumento das matrículas no ensino primário e secundário de 3,6 milhões de crianças em 2003 para cerca de 6,7 milhões em 2014, e encontra-se agora nos 97%.
- Na **Tanzânia**, a matrícula na escola primária passou de 4,8 milhões para 8,4 milhões (de 55% para 94%) entre 2001 e 2010, e o número de professores subiu de cerca de 165 000 em 2010/11 para mais de 190 000 em 2014/15.
- O **Nepal**, apesar de dez anos de insurreição armada e agitação política no país, alcançou nos últimos anos progressos significativos na educação, especialmente com relação à paridade de género nas matrículas no ensino primário e secundário e ao aumento do número de escolas.

Nestes quatro países, os governos demonstram uma considerável vontade política de combater as deficiências da educação, e têm estratégias abrangentes no papel para, por exemplo, formar mais professores e melhorar as infra-estruturas.



**Annie and friend, Malawi**

PHOTO: GRAEME ROBERTSON/ACTIONAID

# Desafios: 10 Promessas Não Cumpridas

---

Infelizmente, os progressos verificados estão muito longe de serem suficientes para fornecer ensino de qualidade a todas as crianças, especialmente às raparigas. Das conclusões da ActionAid relativamente aos quatro países estudados, em associação com a nossa análise global da situação, ressaltam dez desafios principais que não estão a ser convenientemente abordados pelos governos. Os governos, em grande medida, não estão a cumprir as suas promessas relativamente ao direito à educação consagrado nas leis internacionais de direitos humanos nem os compromissos políticos delineados na Declaração de Incheon e Quadro de Ação com a qual se comprometeram em 2015.

*Os dez principais desafios são:*

## 1 Crianças fora da escola

As estimativas fornecidas pelos participantes da pesquisa nos distritos do projecto encontraram níveis alarmantes de crianças fora da escola e de abandono escolar:

- A taxa mais alta é a do **Malauí**, onde se estima que o número de crianças que não frequentam a escola seja equivalente a 22% das crianças matriculadas.
- Os dados de **Moçambique**, acessíveis em apenas 2 das 14 escolas, revelaram que a taxa média de crianças fora da escola corresponde a 2,7% das matriculadas.
- Na **Tanzânia**, estima-se que 4,3% das crianças matriculadas nos dois distritos não frequentem a escola.
- No **Nepal**, estima-se que em média 8% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos estejam presentemente fora da escola; para as raparigas essa proporção é de 9,6%.

## 2 Custo do ensino para os pais

A nossa pesquisa revelou que todas as escolas destes quatro países cobram alguns custos extra aos pais:

- No **Malauí**, as 20 escolas cobram taxas de exame e 19 cobram para o “desenvolvimento escolar”, entre outros custos. Essas taxas são obrigatórias em todas as escolas.
- **Moçambique** aboliu as taxas escolares para o ensino primário, mas os pais fazem contribuições voluntárias para a manutenção da escola e o salário dos guardas escolares e pagam pelos uniformes escolares, na maioria das 14 escolas.
- Na totalidade das 30 escolas estudadas na **Tanzânia**, os pais têm de pagar pelos uniformes escolares e pelo material de escrita. Os pais também pagam obrigatoriamente taxas de exame em 9 escolas, equipamentos de limpeza como vassouras e baldes em 8 escolas e alimentação em 4 escolas, entre outros pagamentos.
- No **Nepal**, apesar de a Constituição prever o ensino gratuito até ao nível secundário, constatou-se que nas 25 escolas do projecto eram cobradas taxas, obrigatórias na maioria dos casos. Por exemplo, 22 escolas exigem o pagamento de taxas de exame.

## 3 Educação das raparigas

A pesquisa concluiu que tanto raparigas como rapazes são prejudicados no acesso a ensino de qualidade, mas que a situação das raparigas é pior nalgumas áreas:

- Estima-se que haja mais rapazes do que raparigas **fora da escola** no Malauí e na Tanzânia; no Nepal o número de raparigas é superior e em Moçambique os dados disponíveis são insuficientes. A taxa de abandono escolar das raparigas é superior à dos rapazes no Malauí e inferior na Tanzânia e no Nepal.
- As raparigas têm piores resultados do que os rapazes nos **exames finais do ensino primário** no Malauí e no Nepal, mas melhores em Moçambique e iguais na Tanzânia.
- As raparigas são particularmente vítimas de **violência e abusos**. Na Tanzânia, por exemplo, registou-se a ocorrência de castigos corporais a raparigas nas 30 escolas do projecto, assédio e violência sexual em 11 escolas e castigos físicos e bullying em nove. No Malauí, das 17 escolas que facultaram dados, registou-se a ocorrência de violência física em 10, afectando mais as raparigas do que os rapazes, e de abusos sexuais em 5, afectando apenas raparigas.

## 4 Resultados da aprendizagem

Os resultados da aprendizagem nas escolas que fazem parte da pesquisa variam nos quatro países:

- No **Malawi**, nas 15 escolas que forneceram dados, a taxa média de aprovação nos exames de fim de ano do ensino primário foi de 67%: 64% para as raparigas e 70% para os rapazes.
- Em **Moçambique**, foram aprovados apenas 55% dos alunos que fizeram o exame final da escola primária em 2015. A taxa de aprovação das raparigas (58%) foi muito superior à dos rapazes (40%).
- Na **Tanzânia**, a taxa média de aprovação nos exames finais do ensino primário foi de 68% em 2015, igual para raparigas e rapazes.
- No **Nepal**, a taxa de aprovação nos exames finais do ensino primário foi relativamente elevada, situando-se nos 84% em 2015, sendo ligeiramente superior para os rapazes (85%) em relação às raparigas (82%).

## 5 Infra-estrutura e saneamento

A nossa pesquisa deparou-se com instalações sanitárias particularmente deficientes, uma situação que afecta principalmente as raparigas.

- Na **Tanzânia**, apenas 4 das 30 escolas têm casas de banho com autoclismo. Em média, existe uma casa de banho por cada 53 alunos nas 30 escolas, aproximadamente o mesmo número para raparigas e rapazes – há uma casa de banho por cada 52 raparigas. Apenas 13 das 30 escolas têm casas de banho com porta.
- No **Malawi**, existe em média uma casa de banho por cada 113 raparigas e uma por 134 rapazes. No pior dos casos, uma escola tinha uma média de apenas uma casa de banho por 513 raparigas. A maioria das instalações sanitárias tem porta em apenas 12 de 20 escolas.
- Em **Moçambique**, há apenas 38 casas de banho nas 14 escolas – uma média de apenas 2,7 por escola. Em duas escolas foi apurado que não havia uma única casa de banho. Portanto, em média, existe uma casa de banho para cada 339 alunos nas 14 escolas. Para as raparigas, existem 19 casas de banho disponíveis nas 14 escolas – uma por cada 331 raparigas.
- No **Nepal**, em média 87 alunos partilham cada casa de banho nas escolas do projecto. Nos casos em que havia casas de banho separadas para raparigas, 84 raparigas partilhavam uma casa de banho em comparação com 70 rapazes.



**Latrina, Moçambique**

FOTO: ERNANIO MANDLATE/KISAI/ACTIONAID



**Birendra, 8 anos, Nepal**

FOTO: NAYANTARA GURUNG KAKSHAPATI/ACTIONAID



**Sala de aula, Tanzânia**

FOTO: EMANUELA COLUMBO/ACTIONAID



**Sala de aula antiga, Moçambique**

FOTO: ERNANIO MANDLATE/KISAI/ACTIONAID

## 6 Professores

A nossa pesquisa nas escolas do projecto constatou que em média o rácio aluno/professor nas escolas analisadas era de 73:1 no **Malawi**, 45:1 em **Moçambique**, 59:1 na **Tanzânia**, e 25:1 no **Nepal**. Estes números por vezes mascaram variações significativas – uma escola no Malawi, por exemplo, tem 126 crianças por professor. (As metas oficiais do governo são 40:1 na Tanzânia e no Nepal e 60:1 no Malawi e em Moçambique).

## 7 Violência contra crianças

Da nossa pesquisa ressaltam conclusões muito preocupantes sobre a percepção dos intervenientes quanto à prevalência da violência nas escolas:

- Na **Tanzânia**, registou-se a ocorrência de castigos corporais a raparigas nas 30 escolas do projecto, assédio e violência sexual em 11 escolas e castigos físicos e bullying em nove. Os professores foram identificados como os principais autores dos castigos corporais, mas os rapazes e os pares são os principais responsáveis por outras formas de violência.
- No **Malawi**, das 17 escolas que facultaram dados, registou-se a ocorrência de violência física em 10, afectando mais as raparigas do que os rapazes, e de abusos sexuais em 5, afectando apenas raparigas. Segundo as informações recebidas, os castigos corporais são aplicados em 7 escolas, afectando mais os rapazes do que as raparigas.
- Em **Moçambique**, refere-se que o castigo físico é uma prática generalizada, ocorrendo nas 14 escolas, o assédio sexual (ou seja, o bullying ou a coacção) em oito e os abusos sexuais (ou seja, molestamento sexual) em uma.
- No **Nepal**, refere-se que a violência física ocorre em 16 das 25 escolas, e os abusos sexuais em duas. Professores, rapazes e pares seriam os principais agressores.

Um dos problemas é a falta de formação dos professores no que respeita aos direitos das crianças. A nossa pesquisa concluiu que na **Tanzânia** apenas 57% dos professores colocados nas escolas teria recebido formação nessa área. No **Malawi**, constatou-se que essa proporção é de apenas 7%. Em **Moçambique**, 5 das 14 escolas não têm professores que tenham recebido formação para respeitar os direitos das crianças e no **Nepal**, apenas 10 das 24 escolas que comunicaram elementos têm pelo menos um professor com formação sobre o respeito dos direitos das crianças, incluindo a protecção contra os castigos corporais.

## 8 Crianças com deficiência

A nossa pesquisa encontrou uma percentagem diminuta de crianças com deficiência matriculadas nas escolas do projecto: nas escolas do projecto no **Malawi**, na **Tanzânia** e no **Nepal** menos de 1% do total de crianças matriculadas tinham alguma deficiência e 1% das crianças estavam registadas como portadoras de deficiência em **Moçambique**. Estes números baixos são provavelmente consequência tanto da falta de registo por parte das escolas como do facto de as crianças portadoras de deficiência simplesmente não frequentarem a escola.

## 9 Governança escolar

- A nossa pesquisa constatou que os Comités de Gestão Escolar (CGE) estão “activos e a funcionar em pleno” no **Malawi**, em **Moçambique** e na **Tanzânia**. No **Nepal**, contudo, os CGE afirmaram estar activos e a funcionar em pleno em apenas 3 de 25 escolas.
- Nos mesmos três países, os CGE são vistos como inclusivos sobretudo dos principais grupos da comunidade local. Contudo, no **Nepal**, os CGE são vistos como inclusivos em apenas 4 de 25 escolas.
- As mulheres estão muito menos representadas do que os homens nos CGE dos quatro países. Por exemplo, na **Tanzânia**, apenas um terço dos membros são mulheres e as mulheres presidem ao CGE em apenas 5 das 30 escolas. No **Nepal**, apenas cerca de 1 em 5 membros dos CGE são mulheres. Na **Tanzânia** e no **Malawi**, a proporção exacta de mulheres não pôde ser estimada, mas foi descrita como mínima.

## 10 Financiamento do Governo para a educação

Os quatro países em análise estão a falhar em grande medida na promoção adequada do direito à educação. Para reverter esta situação devem atribuir recursos suficientes a esta tarefa. No entanto, os quatro países não estão a atribuir 20% do orçamento nacional à educação, como acordado pelos líderes mundiais no Quadro de Ação de Incheon. O Malauí, Moçambique e a Tanzânia gastam 17-19% do seu orçamento com a educação e o Nepal atribui apenas 12%. Os governos dos países em desenvolvimento no seu todo não estão a cumprir os seus compromissos em relação aos gastos com a educação. Em média, os países com rendimento baixo atribuem 16,7% do orçamento nacional à educação (16,6% na África Subsaariana).

Os governos devem aumentar os gastos com serviços públicos e encontrar recursos extra para tal. Uma das principais formas de encontrar os recursos necessários para financiar a educação consiste em reduzir os incentivos fiscais que os governos concedem actualmente às empresas. Em 2013, a ActionAid estimava que os países em desenvolvimento perdessem anualmente 139 mil milhões de dólares com apenas uma forma de incentivo fiscal – a isenção de impostos sobre os rendimentos das empresas: só este valor seria mais do que suficiente para cobrir os 39 mil milhões de dólares do défice de financiamento na educação. Os quatro países em análise no presente relatório perdem enormes montantes de receitas devido aos incentivos fiscais concedidos pelos seus governos às empresas.

- O caso mais flagrante é o do **Nepal**, que perdeu 990 milhões de dólares com incentivos fiscais em 2014/15 – mais do que gastou na educação.
- O **Malauí** pode ter perdido em média 117 milhões de dólares por ano em 2008-12, valor que poderia ter aumentado o orçamento para a educação em 27%.
- **Moçambique** perdeu em 2014 561 milhões que poderiam ter aumentado o orçamento para a educação em 31%.
- A **Tanzânia** perdeu 760 milhões em 2014/15, valor que poderia ter aumentado os gastos com a educação em 28%.

### Resumo - Os quatro países estão a promover adequadamente o direito à educação?

As conclusões da pesquisa apontam para resultados variados, mas globalmente sobressai o seguinte: muitos aspectos do direito à educação estão a ser violados nas escolas analisadas nos quatro países.

- O **Direito à Educação Livre e Obrigatória** reflecte-se nas altas taxas de matrícula de raparigas e rapazes, mas está a ser violado pelo elevado número de crianças que não vão à escola ou que a abandonam e pela imposição de vários custos escolares suportados pelos pais.
- O **Direito ao Ensino de Qualidade** é comprometido pelos elevados rácios aluno/professor no Malauí e na Tanzânia e pelas taxas de aprovação relativamente baixas no término do ensino primário (excepto no Nepal, que apresenta taxas de aprovação relativamente altas).
- O **Direito a Infra-estruturas Adequadas** é comprometido por instalações sanitárias deficientes e inadequadas (casas de banho), especialmente para raparigas.
- O **Direito a um Ambiente Seguro e Não-Violento** é violado pela generalização dos castigos corporais e pela violência sexual e outras formas de violência em muitas escolas, e pelo número insuficiente de professores com formação para respeitar os direitos das crianças. Estes factores afectam negativamente as raparigas em particular.
- O **Direito de Participação** reflecte-se no facto de as crianças poderem participar nas aulas e em clubes ou conselhos, pela participação em pé de igualdade de raparigas e rapazes na generalidade dos casos e pelo facto de o CGE ouvir os pontos de vista das crianças (excepto, neste último ponto, em Moçambique).
- O **Direito a Escolas Transparentes e Responsabilizáveis** reflecte-se no facto de um grande número de CGE estarem activos e em pleno funcionamento (excepto no Nepal) e pelo facto de os CGE monitorizarem os orçamentos escolares e a participação das crianças em muitas escolas. Contudo, é comprometido pelo facto de as estruturas de gestão escolar não desempenharem esse papel nalgumas escolas e pela sub-representação das mulheres nos CGE.

A falta de financiamento adequado subjaz a todas estas questões.

## Recomendações .....

**Fundamental para abordar as promessas não cumpridas e as violações dos direitos é o aumento do financiamento disponível para a educação de forma sustentável. Por este motivo, recomendamos em primeiro lugar o aumento do financiamento, porque é essa a condição que irá permitir a consecução das outras recomendações.**

### Financiamento do Governo para a educação

- Divulgar um calendário para alcançar, em três anos, um rácio receitas fiscais/PIB de 20% (p. ex., através do fim dos incentivos fiscais prejudiciais e da promoção de outras reformas fiscais progressivas) e uma atribuição de pelo menos 20% da despesa pública à educação (publicando online uma desagregação clara da imputação orçamental por sub-sector). Os orçamentos para a educação devem ser sensíveis ao género para assegurar o financiamento adequado de medidas que comprovadamente combatam os obstáculos persistentes à educação das raparigas.

### Crianças fora da escola

- Assegurar a disponibilidade de dados actuais e precisos desagregados por género e incapacidade relativamente ao número e localização das crianças que não vão à escola. Desenvolver um plano com cálculo dos custos para garantir que todas as crianças se matriculem e permaneçam na escola por meio de abordagens comprovadas, incluindo, de forma não exaustiva: intervenções de educação inclusiva adequadamente financiadas, transferências de dinheiro, programas de proximidade activa e de refeições escolares.

### Custo do ensino para os pais

- Assegurar que todo o ensino primário (e secundário) é genuinamente gratuito através da abolição de todos os custos obrigatórios directos e indirectos (p. ex., taxas de matrícula e de exames, uniformes e materiais de aprendizagem, entre outros) impostos aos pais e da garantia de que o orçamento de Estado para a educação abrange adequadamente todos esses custos.

### Educação das raparigas

- Tomar medidas firmes para alcançar a paridade e a igualdade de género na educação garantindo o financiamento e a implementação de políticas apropriadas para combater os obstáculos persistentes à educação das raparigas, incluindo, de forma não exaustiva: a violência de género em meio escolar, o casamento precoce, as gravidezes precoces não desejadas, a falta de instalações sanitárias, a falta de professoras e os preconceitos sexistas nos materiais de ensino e aprendizagem. Interagir com as comunidades, com a sociedade civil e com os responsáveis políticos para inverter a discriminação profundamente arraigada contra as raparigas a todos os níveis.

### Resultados da aprendizagem

- Continuar a envidar esforços para melhorar os resultados da aprendizagem, através de mais investimento para formação em avaliação formativa dos professores e da abordagem das causas subjacentes aos fracos resultados da aprendizagem, tais como: turmas grandes, demasiados professores sem formação ou com pouca formação, métodos pedagógicos e material de ensino-aprendizagem ultrapassados e infra-estruturas inadequadas. Assegurar que os professores em funções sejam adequadamente apoiados, monitorizados e supervisionados para garantir ensino e aprendizagem de qualidade durante um padrão mínimo acordado de horas de aula por ano.

### Infra-estruturas e saneamento

- Assegurar a existência, financiamento adequado e implementação de normas mínimas nacionais para a infra-estrutura e a construção escolares, de modo a garantir o acesso das crianças em condições de igualdade a ambientes de aprendizagem seguros, resilientes e inclusivos, incluindo um número suficiente de salas de aula e o fornecimento adequado de instalações sanitárias e de higiene acessíveis e sensíveis ao género. As normas mínimas nacionais devem ser iguais ou superiores às normas mínimas internacionais acordadas para a construção e saneamento escolares (p. ex., as normas SPHERE).

## Professores

- Adotar medidas concretas para contratar e reter mais professores formados e qualificados (especialmente do sexo feminino) para reduzir os rácios aluno:professor qualificado e melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem. Estabelecer salários competitivos a nível nacional e planos de progressão na carreira e atribuir incentivos aos professores colocados em localizações adversas para encorajar a contratação e retenção de pessoal qualificado e reduzir o risco de exclusão das crianças pobres em áreas remotas rurais.

## Violência contra crianças

- Proclamar tolerância zero à violência na escola e nas imediações e adotar medidas que assegurem a sua implementação, incluindo, de forma não exaustiva: a ilegalização dos castigos corporais na escola; a formação do pessoal educativo e dos pais em normas de direitos humanos e alternativas aos castigos físicos e humilhantes; a redacção e implementação de códigos de conduta abrangentes para o pessoal educativo que proíbam especificamente o uso de violência contra crianças nas escolas e assegurem que todas as escolas têm políticas claras para monitorizar e evitar a violência, com procedimentos confidenciais para apresentação de denúncias ligados à Polícia e aos serviços de saúde, segurança social e justiça.

## Crianças com deficiência

- Estabelecer mecanismos coordenados para identificação e encaminhamento de crianças com deficiência que abrangem os serviços de saúde, da educação e da segurança social, desde o nível local ao nacional, para assegurar que as crianças portadoras de deficiência sejam adequadamente apoiadas no acesso e permanência na escola. Assegurar a existência, financiamento e implementação de políticas e estratégias nacionais relativamente à educação inclusiva, abrangendo o fornecimento adequado de infra-estruturas, material de ensino-aprendizagem e formação de professores capazes de satisfazer as diferentes necessidades de aprendizagem das crianças.

## Governança escolar

- Rever as políticas nacionais para assegurar que todas as escolas tenham um Comité de Gestão Escolar eficaz, dispondo de recursos adequados e representativo, com equilíbrio entre os géneros e inclusivo para as crianças. Atribuir recursos suficientes aos Comités de Gestão Escolar para garantir que recebem formação para os seus papéis e responsabilidades e estão habilitados para monitorizar o desempenho escolar, os resultados da aprendizagem e os orçamentos. Promover a transparência e a prestação de contas da Gestão Escolar utilizando abordagens como a afixação pública do orçamento e gastos escolares.

**Para descarregar o relatório completo visite:**

<http://www.actionaid.org/publications/how-governments-are-failing-right-education>

**A ActionAid** é um movimento global de pessoas que trabalham juntas para promover os direitos humanos e superar a pobreza. Acreditamos que as pessoas em situação de pobreza têm a capacidade de gerar mudança para si mesmas, para as suas famílias e comunidades. A ActionAid é um catalisador dessa mudança.

**act:onaid**

Número de registo internacional: 27264198

27264198 Website: [www.actionaid.org](http://www.actionaid.org)

Telefone: **+27 11 731 4500**

Fax: **+27 11 880 8082**

Email: [mailjhb@actionaid.org](mailto:mailjhb@actionaid.org)

ActionAid International Secretariat,  
Postnet Suite 248, Private Bag X31, Saxonwold 2132,  
Johannesburg, South Africa.

FOTOGRAFIAS DA CAPA:

Em cima à esquerda: Kishor K. Sharma/ActionAid, Em cima à direita: Emanuela Colombo/ActionAid, Em baixo à esquerda: ActionAid, Em baixo à direita: Ernanio Mandlate:KISAI/ActionAid

Agosto 2017